

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

- BENS DA FAZENDA PÚBLICA SÃO BENS PÚBLICOS (IMPENHORÁVEL E INALIENÁVEL)

1. REQUERIMENTO + DEMONSTRATIVO DISCRIMINADO E ATUALIZADO

2. INTIMAÇÃO PESSOAL DA FAZENDA PÚBLICA



UNIÃO (ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO)
ESTADOS (PROCURADORIA DO ESTADO)
MUNICÍPIOS (PROCURADORIA DOS MUNICÍPIOS)
DF (PROCURADORIA DO DF)



CARGA, REMESSA OU MEIO ELETRÔNICO (PRIORIDADE)

LEI 14.195/21

Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:

(...)

VII - informar e manter atualizados seus dados cadastrais perante os órgãos do Poder Judiciário e, no caso do § 6º do art. 246 deste Código, da Administração Tributária, para recebimento de citações e intimações.

Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei.

Direito Desenhado

O que a Fazenda Pública pode alegar?

I - falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia;

II - ilegitimidade de parte;

III - inexecuibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;

IV - excesso de execução ou cumulação indevida de execuções;

V - incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução;

VI - qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes ao trânsito em julgado da sentença.

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA

Como a Fazenda Pública paga o débito?

- FEITO POR PRECATÓRIO OU RPV

- a) Federal: até 60 salários mínimos;
- b) Estados: até 40 salário mínimos;
- c) Distrito Federal: Até 10 salários mínimos;
- d) Municípios: até 30 salários mínimos.

- NÃO PODE RATEAR/ DIVIDIR P/ RECEBER EM RPV

- ADVOGADO PODE SEPARAR SEU CRÉDITO

Súmula Vinculante 47: Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.

- É PERMITIDA A CESSÃO DE CRÉDITO DO PRECATÓRIO